

O fazer-se do patrimônio, da memória e da identidade: um estudo de caso sobre a cidade de Patrocínio

Making heritage, memory and identity: a case study on the city of Patrocínio

Luís André de Freitas Araújo

Graduado em História pelo Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM (2014/2016).
Professor da Escola Estadual Padre João Balker e APAE – Escola de Ensino Especial Tia
Docinha – Perdizes – MG.
E-mail: lafao705@gmail.com

Resumo: O presente artigo se propõe a discutir a política patrimonialista do município de Patrocínio, buscando interrogar sua relação com a identidade, memória e história de seu povo. Por meio da análise de imagens, plantas arquitetônicas, tombamentos de bens, percebe-se a memória ainda se refazer, de forma a construir um passado que passa despercebido e apagado pelo povo que aqui se encontra sob novas e atualizadas formas.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico. Preservação. Memória.

Abstract: This article aims to discuss the patrimonialist politics of the city of Patrocínio, seeking to question its relationship with the identity, memory and history of its people. Through the analysis of images, architectural plans, collections of goods, one can see the memory still being redone, in order to build a past that goes unnoticed and erased by the people who are here in new and updated forms.

Keywords: Historical heritage. Preservation. Memory.

1 Introdução

Desde os primórdios do surgimento das cidades em Minas Gerais, este estado foi cercado por bandeirantes portugueses, que adentraram o cerrado em busca de riquezas como ouro e diamantes, escravos e índios ainda no século XVI. Abriram-se, então, as picadas, ligando o litoral brasileiro ao interior da colônia, com o objetivo de conhecer o que ela proporcionava de lucro para a Coroa Portuguesa.

Assim, edificaram-se grandes fazendas, organizando a produção rural de gado e lavoura, aumentando a circulação dos tropeiros pelas estradas. Não foi diferente que essas estradas chegaram ao estado de Goiás, no século XVIII, com o mesmo objetivo de extrair o ouro das minas, e capturar escravos e índios, pois serviam como mão de obra barata no desenvolvimento da agricultura e da mineração.

Criada a Picada de Goiás, em 1729, esta seria a única estrada para ligar Minas a Goiás, onde sesmarias foram concedidas a donatários para que estes ocupassem caminhos recém-abertos, tornando-os habitáveis e seguros. E Patrocínio apareceu nesta rota, com o intuito de ser ponto de abastecimento para os tropeiros que por aqui passavam.

A cidade, como um dos pontos de parada fundamental do Sertão da Farinha Podre¹, atraiu pessoas de várias partes da colônia, vindo ligeiro o crescimento, transformando o

¹ Sertão da Farinha Podre denomina a região que hoje se faz o Triângulo Mineiro – MG. Recebeu esse nome quando os bandeirantes, que pela região passavam ainda entre os séculos XVI a XVIII,

pequeno Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio ao que se encontra hoje. E, com esse crescimento, a chegada das novas tecnologias industriais foi transformando Patrocínio e olvidando sua memória e reconstrução patrimonial da cidade.

No livro “*A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*”, o autor José Reginaldo Santos Gonçalves, traz que

o patrimônio está sempre em processo de desaparecimento, seu resgate jamais será completo, na medida que aquilo que ele representa somente existe na medida em que se perde. Metaforicamente, a nação sempre escapa na direção do passado (como “tradição”), na direção de um presente distante e evanescente (a “diversidade cultural” ameaçada pela “homogeneização”), mas, sobretudo na direção do futuro (como “civilização” e como “desenvolvimento”). Nesse sentido, os discursos brasileiros sobre o patrimônio cultural articulam não apenas um sentimento de nostalgia por um passado que se perde, mas, também, um sentimento de esperança por um futuro emergente, ainda que inaproximável”. (GONÇALVES, 1996, p.134)

O patrimônio torna-se um estimulador de memória das pessoas vinculadas a ele, e aparece como forma de tentar reconstruir e conservar certas informações. Contribuiu para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem e atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana (LE GOFF, 1990, *apud* ROCHA, 2012), além de ser um vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha.

A porta de entrada para a discussão desses temas será reconhecer a história cultural de Patrocínio – MG, destacando a construção do patrimônio e o uso da memória, que está ligada à construção de identidade e à preservação patrimonial. Analisar a relação entre os bens patrimoniais e os conceitos de memória e patrimônio será fundamental para melhor entendimento, trazendo à tona a forma como a própria cidade deseja construir sua memória patrimonial, sofrendo influências do mundo moderno, alterando o curso de sua história local.

2 Patrocínio: do surgimento do arraial à elevação de cidade

A origem da região está ligada a grupos indígenas remanescentes - predominantemente da tradição Aratu ou Aratu/Sapucaí, horticultores, que provavelmente praticavam uma agricultura incipiente, ocupando sítios a céu aberto bem próximo a fontes de água, e uma de suas características está em enterrar seus mortos em urnas cerâmicas bem próximas às aldeias.

Oiliam José, em estudo sobre a ocupação de Minas Gerais, afirma que

os grupos indígenas que dominavam o Triângulo na época do desbravamento ofereciam resistência aos viajantes e colonizadores. Nas margens do Rio Grande localizavam-se os Boróros, os Araxás e os Cataguás. Nas vertentes do Paranaíba ficavam os Caiapós e os Inás. Os Caiapós não tinham habitação certa, mas

carregavam farinha nos lombos dos cavalos, sendo estes sacos deixados nas árvores para que, quando voltassem da região de Goiás, pudessem se alimentar, pois o transporte de ida e volta cansaria os cavalos. Com isso, quando voltavam e passavam pelas Minas Gerais e, pelo prazo da demora em que permaneciam em Goiás, a farinha se encontrava podre, dificultando a alimentação desses tropeiros.

dominavam extensa área do Triângulo e se estendiam pelo interior de São Paulo.
(JOSÉ, 1965, p. 14)

A ocupação do Triângulo Mineiro veio, então, por meio de exploração de riquezas humanas, naturais e minerais que a região oferecia. E seus primeiros momentos de ocupação se deram ao longo dos séculos XVI e XVII, reconhecendo e mapeando o território, por meio de expedições bandeirantes que cruzaram e desbravaram a região, pelo Sertão da Farinha Podre.

Imagem 01: Sertão da Farinha Podre



Fonte: José Ferreira Carrato. *Capitania de Minas Gerais nos fins da era colonial*. Arquivo Público Mineiro.

Com o grande número de índios e quilombolas que apareciam nas regiões, Conde de Valadares, Governador da Capitania de Minas Gerais, preocupado cada vez mais com esses indivíduos considerados indesejáveis, tomou medidas cabíveis, fazendo com que as expedições pelo território mineiro fossem mais rígidas e precisas, como afirma Márcia Amantino, ao discorrer que

as expedições feitas a partir desse momento em Minas Gerais eram grandes em sua formação humana, caras e de difícil organização, e não partiam pra destruir um quilombo ou uma aldeia indígena. O objetivo era destruir qualquer elemento que estivesse prejudicando o povoamento e o desenvolvimento da região. Após a solução desse problema, sesmarias deveriam ser distribuídas, a fim de que pessoas idôneas passassem a arcar com a responsabilidade de manter a área livre de quilombolas e dos índios. Durante a expedição, era preciso também criar igrejas, símbolo do poder espiritual sobre os homens, cuidar das pendências judiciais que fossem encontradas, casar as pessoas que viviam em concubinato e iniciar plantações que facilitassem novas expedições. (2008, p. 75)

Ainda ressalta que

a noção que as pessoas tinham dos quilombolas durante o século XVIII em Minas Gerais merece ser acompanhada mais de perto. A ideia que os associa aos bárbaros é uma constante nesta documentação assim como a de que eram feras e inimigos públicos. Que eles eram, segundo suas concepções, causadores de distúrbios, das

desordens e das insolências frequentes que os moradores próximos da região sofriam, não resta dúvida. (AMANTINO, 2008, p. 75)

Com todos esses eventos que perpetuavam sobre o cenário mineiro durante o século XVIII, o primeiro momento de ocupação do município de Patrocínio está ligado às atividades rurais nesta região e se intensificou com a ocupação em plena estrada que se abriu, de Minas a Goiás, fornecendo alimentação, descanso e segurança para as tropas, bandeirantes, comerciantes e aventureiros que aqui passavam.

Com a grande quantidade de ouro que se encontrava nas minas de Paracatu, em 1744, várias pessoas se deslocaram para aquelas paragens, vindos de Vila Rica, Diamantina e outras localidades, em um “vai-e-vem” pela Picada de Goiás, passando pelas terras do atual município de Patrocínio.

Inácio de Oliveira Campos, encarregado de fiscalizar a região a pedido do Conde de Valadares, criou uma fazenda de criação bovina e agrícola, a fim de ser ponto de parada para os tropeiros que iam em direção às novas minas. Segundo Waldemar Barbosa,

Capitão Inácio de Oliveira Campos, depois de destruir alguns quilombos, aprisionou mais de 50 negros “entre os quais se achavam alguns crioulos mancebos por se batizarem”, devolveu-os a seus donos, em Paracatu, e, em 1773, estava de regresso a Pitangui. Sua fazenda, porém, continuou sob outras mãos, com o nome de fazenda do Bromado. (1995, p. 244)

Tendo que se retirar para Pitangui, quando Conde de Valadares em viagem foi para Portugal, Inácio de Oliveira Campos “possuía, conforme inventário da época de sua morte, cerca de 4.000 cabeças de gado, que deixou à sua esposa, a célebre Joaquina do Pompéu”. (REZENDE, 1986, p. 32).

A “Fazenda do Brumado”, sob cuidados de outras pessoas, veio atraindo maior quantidade de pessoas a procura de trabalho, dando início à ocupação urbana da região, que, posteriormente, ficou conhecida por Salitre. No ano de 1798, o sítio, abrangido pelas terras da Sesmária do Esmeril, se viu na necessidade da construção de uma casa de orações, onde, “em 1804, registrou-se a Provisão de Licença aos moradores do povoado, para erguerem uma casa de oração sob a proteção de Nossa Senhora do Patrocínio”. (REZENDE, 1986, p. 32).

O terreno fora doado por Antônio Teles de Queiroz. Essa prática de doar um terreno e erguer uma casa de oração era muito comum em Minas Gerais. “Por meio da realização das atividades religiosas, criava-se a identidade do arraial, sempre ligada a devoção de um santo, [...] Esta era o centro, em torno do qual girava a vida do arraial” (FERNANDES, 2012, p. 92).

Imagem 02: Igreja Nossa Senhora do Patrocínio (anterior à década de 1910)



Fonte: Acervo Patrocínio. Disponível em: www.acervopatrocínio.com.br

E a população que se aconchegava construía suas casas em torno do largo que, aos poucos, ia crescendo, formando o marco inicial do que iria ser a cidade de Patrocínio. No auge de seu surgimento, o Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio, designado a este título a partir de 1807, foi palco para acomodar viajantes mineralogistas, como o Wilhelm Ludwig von Eschwege, contratado por D. João VI para analisar como estava a situação da extração do ouro pela colônia. Chegando por essas paragens, em 1816, relatou em seus dados que o arraial “possui cerca de 20 casebres situados em um alto, ao redor da igreja” (ESCHWEGE, 1996, p. 114).

A região, conhecida pelas crenças de suas fontes minerais, bem como a de Araxá, fez com que pecuaristas criadores de gado trouxessem seus animais, desde 1770, para os bebedouros de Serra Negra, onde a água “salitrosa” era o principal meio para manter a criação de gado, pois o sal, muito caro e difícil de ser obtido naquela época, seria um desafio maior. Analisando suas águas, Eschwege relata que

a fonte principal jorra em um tanque de alvenaria, a partir do qual a água é distribuída em vários cochos longos de madeira, onde o gado se desaltera. A água parece ser mais forte do que a de Araxá e seu odor sulfuroso se espalha pelas adjacências. [...] Ao redor das fontes concentravam-se muitas aves de todos os tipos, principalmente papagaios, que enchem o ar com seus gritos. (1996, p. 115)

Posteriormente, em 1819, o botânico, naturalista e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire também teve suas estadias pelo Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio. Além disso, já se referia ao crescimento ocorrido durante os três anos que se passaram quando da visita de Eschwege.

De acordo, porém, com o número de suas casas indicado em 1816 por Eschwege o arraial deve ter duplicado de tamanho em três anos. Fica situado no topo de um morro arredondado cujas encostas são cobertas de capim, tendo à sua volta outros morros mais elevados. Em 1819 havia ali cerca de quarenta casas muito pequenas, feitas de barro e madeira, cobertas de telhas e sem rebocar. Essas casas, dispostas em duas fileiras, formam uma praça comprida, no centro da qual foi erguida uma pequena capela, igualmente feita de barro e madeira como o resto. [...] Como

sempre, as casas do arraial pertencem a fazendeiros que só aparecem ali aos domingos. Os únicos habitantes permanentes de Patrocínio são alguns artesãos, dois ou três modestos comerciantes, os vagabundos e as prostitutas. (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 136)

Johann Emmanuel Pohl, de passagem por aqui, [...]“vendo, portanto, que nada obteria” [...] (POHL, 1976, p.96) somente registrou em suas descrições ao arraial.

Este é um lugar pobre, com uma igreja de madeira e barro, que só recebe luz pelas portas, e umas trinta casas, cuja construção evidencia claramente a penúria dos seus donos. São na maioria negros livres que se sustentam da agricultura do milho e do feijão. As localidades da vizinhança têm melhor aspecto: pertencem a gente abastada, que prefere a vida do campo à residência em pequenas cidades e que, no máximo, nos dias festivos, visita a sede da paróquia. (POHL, 1976, p. 97)

Além de agricultores em busca de novas terras para cultivo, a região também recebeu um grande número de garimpeiros clandestinos e foragidos da justiça.

A maioria mantinha-se a distância. Fiquei sabendo, então que, dada a posição de isolamento do distrito, vários criminosos, bem como devedores da Real Fazenda, fugitivos de Minas Gerais, radicaram-se na zona. Temiam com minha chegada ser presos e punidos; no entanto, após a minha volta a Vila Rica, entreguei às autoridades um pedido a respeito, em atenção ao qual, por meio de uma procuração, garantiu o governador, àquelas habitantes do arraial, a posse pacífica de seus bens. (ESCHWEGE, 1996, p. 114)

Todas essas pessoas que aqui se encontravam (prostitutas, seleiros, ferreiros, tropeiros e mercadores), de alguma forma, contribuíam para a formação de uma sociedade eminentemente agrícola. Mesmo com um crescimento considerável, e se analisarmos a distância do arraial aos outros mais próximos da região, como mostra o itinerário aproximado de Araxá a Paracatu (veja imagem 03), esse fator não dificultou no fortalecimento comercial e não deixou de atrair povos de diversas partes da colônia, que se intensificaram, cada vez mais, por essas paragens.

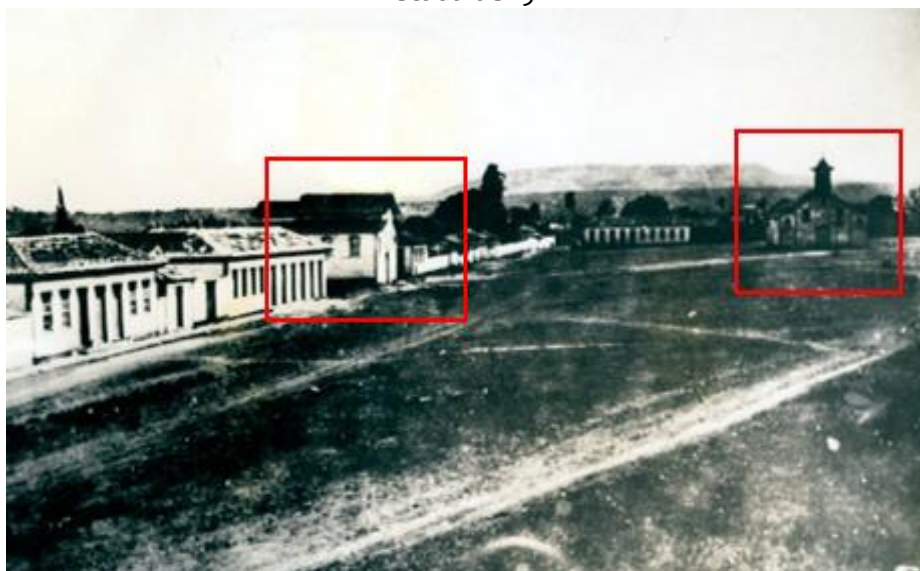
Imagem 03: Itinerário aproximado de Araxá a Paracatu

De Araxá até Cachoeirinha (habitação)	2½ léguas
Até as margens do Quebra-Anzol	4 "
" Francisco José de Matos (fazenda)	3½ "
" Damaso (fazenda)	3 "
" Patrocínio (arraial)	2½ "
" Arruda (fazenda)	3 "
" Leandro (fazenda)	4 "
" Campo Alegre (lugarejo)	3½ "
" Moquém	3 "
" Sítio dos Pilões (habitação)	5 "
" Guarda-Mor (fazenda)	2 "
" Sapé (habitação)	3 "
" João Gomes (fazenda)	3 "
" Guarda de S. Isabel (posto militar)	5 "
" Paracatu (cidade)	2 "
	55 "

Fonte: Viagens às nascentes do rio São Francisco. Saint-Hilaire (2004, p. 133)

Diante dessas circunstâncias, a região foi prosperando e, cada vez mais, se erguiam templos religiosos com seus largos, a aumentar a fé católica da região. Construíram a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja de Santa Rita, formando-se, assim, um único largo, duas quadras mais à frente daquela que foi o estopim do surgimento do arraial.

Imagem 04: Imagem do Largo do Rosário (lado esquerdo) e de Santa Rita (lado direito) –
Década de 1920



Fonte: Acervo Patrocínio. Disponível em: www.acervopatrocínio.com.br

O centro histórico, fortemente reerguido sobre as três praças, com suas respectivas igrejas e funções, indicava, nada mais, a existência de diversas ordens sociais. O largo do Rosário, por sua vez, construído sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário, e designado aos negros, foi um marco do racismo que ainda se permanecia no arraial, ainda em meados do século XIX, mas acabou sendo demolida assim que se encerrou a abolição da escravatura.

Pertencente à capitania de Goiás, juntamente com Araxá e toda extensão do Sertão da Farinha Podre, estas passaram a capitania de Minas a partir de 1816, ficando sob os cuidados de Paracatu. O arraial foi elevado à categoria de curato, em 1829, e a casa de oração, sob cuidados de Padre José Ferreira Estrela, foi elevada à paróquia pela lei nº 114, de 9 de março de 1839.

Instalada em 7 de abril de 1842, pela Lei nº 171, de 23 de março de 1840, a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio desmembrou-se da Vila de São Domingos do Araxá, e seu primeiro chefe municipal foi o Capitão Francisco Martins Mundim, “comprador de diamantes, que, depois, exonerou-se do cargo, por carta, por se achar idoso” (REZENDE, 1986, p. 34).

A vila, crescendo sentido à chapada, recebe a categoria de cidade por meio da Lei nº 1995, de 13 de novembro de 1873, instalada em 12 de janeiro do ano seguinte, recebendo o nome de Patrocínio². Vários distritos pertencentes a Patrocínio foram se emancipando com o decorrer dos anos, buscando a sua autonomia administrativa, como foi o caso Estrela do

² Segundo a crença popular, o nome da cidade se dá, supostamente, devido a um proprietário muito rico que, vendo sua filha doente, pediu proteção a Virgem Maria, comprometendo-se em construir uma capela, caso a menina fosse curada. Com a cura concedida, ergueu-se a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio.

Sul (1858), Patos de Minas³ (1868), Coromandel (1923) e outros adjacentes da área em que se encontravam sobre domínio “patrocínense”.

Imagem 05: Detalhe da “Planta do Patrimônio e Cidade do Patrocínio, cópia fiel da planta organizada por Gilberto Ribeiro Barbosa, 25 de outubro de 1917, feita em 10 de julho de 1986”. Largo da Matriz em 1917: um rossio, descampado, com a Igreja Matriz ao centro e as casas a sua volta, formando o eixo de marcação do surgimento de Patrocínio.



Fonte: Dossiê de Tombamento – Município de Patrocínio.

Hoje, Patrocínio, pertencente à região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais, é caracterizada como Estância Hidromineral, contando com uma área de 2.874,344 Km², em meio ao cerrado mineiro, fazendo limites com os municípios de Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Guimarânia, Iraí de Minas, Monte Carmelo, Serra do Salitre e Perdizes.

Possui cerca de 89.333 habitantes, de acordo com estimativa do IBGE 2016, e se tornou destaque na economia mineira, pela sua produção de leite e café. Seu clima é típico das regiões de cerrado, com máxima de 36° C, no verão, e 6° C, no inverno, com 1600-1700 mm de chuva ao ano. Além disso, se destaca pelas festividades religiosas, como as folias de reis e a festa maior, em homenagem à padroeira da cidade “Nossa Senhora do Patrocínio”. Assim, Patrocínio acompanha o seu crescimento, mesmo que lento, mas atendendo às demandas que o progresso traz a cada momento.

3 Leis de preservação: um olhar panorâmico sobre o patrimônio histórico na cidade de Patrocínio

Em pleno início do século XX, autoridades brasileiras começaram a se preocupar com os bens artísticos e arquitetônicos que pudessem representar a cultura brasileira,

³ De acordo com fontes orais, que ainda necessitam de fatos concretos, quando o distrito de Santo Antônio dos Patos da Beira do Rio Paranaíba decidiu se emancipar, Patrocínio não queria ceder de forma alguma essa possibilidade. Reagindo frente à autonomia, e dirigindo-se com uma cavalaria armada até Patrocínio, chegaram à Câmara Municipal e exigiram o desmembramento. Este fora concedido logo após conversa entre as duas partes, em 1868.

elaborando projetos que fossem plausíveis a esse assunto. No auge dos planejamentos patrimoniais, enquanto tudo estava sendo pensado, o Brasil se destacava cada vez mais no sistema agrário, de forma a recuperar sua economia, investindo nas exportações de café, borracha, algodão e cacau.

E, nesse embalo econômico, várias cidades⁴ brasileiras começaram a passar por uma modernização, de forma a modificar todo o seu contexto urbanístico, retirando-se o colonial, o atrasado, o sujo e trazendo, consigo, hodiernas construções ecléticas europeias para aquela época.

Tentativas fracassadas de projetos sobre proteção patrimonial foram surgindo ao longo dos anos de 1920, mas, só a partir de 1930, o Deputado José Wanderley de Araújo Pinto expos seu projeto no Congresso Nacional onde continha os seguintes dizeres:

Art. 1º Consideram-se patrimônio histórico-artístico nacional todas as coisas imóveis ou móveis, a que dava estender a sua proteção o Estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza, que permaneçam à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, a coletividades ou particularidades. [...] Art. 3º Consideram-se imóveis para os efeitos desta lei: [...] e) as edificações isoladas ou em conjunto, os sítios de reconhecida e peculiar beleza, cuja proteção e conservação sejam necessárias para manter-lhe o aspecto típico-artístico ou pitoresco de que se revistam. (FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 46)

Enquanto as capitais passavam por mudanças, cidades do interior também acabaram aderindo à modernização de suas paisagens urbanísticas, de forma a suprir as necessidades da população. Patrocínio, com sua economia a todo vapor, resultante das grandes plantações de café, não foi diferente. Destacando-se na atividade agrícola, e para facilitar sua economia cafeeira, em 12 de outubro de 1918, foi inaugurada a Estação Ferroviária de Patrocínio, considerada a maior impulsionadora do progresso e modernização da cidade, diminuindo distâncias entre as principais cidades brasileiras. Segundo Letícia Bicalho Canêdo,

[...] as ferrovias, como bem diz Hobsbawn, possuíam o dom de encantar, ao revelar a qualquer pessoa “o poder e a velocidade da nova era”, as possibilidades do progresso técnico. Elas arrastavam obras de engenharia, estações e pontes, formando um conjunto de construções que tonteava as imaginações. Através das ferrovias era mais fácil acreditar que o progresso tinha chegado, pois afetava a vida do cidadão comum. (1994, p. 50).

Com a chegada da ferrovia, dentre as décadas de 1920 e 1960, Patrocínio se transformou em um eixo de desenvolvimento, acarretando mudanças em seu centro urbano, fazendo com que rotas e ruas fossem abertas e alteradas, demolindo casas e templos religiosos (do século XIX), e diversas casas de comércio foram também abertas.

O primeiro ponto de partida são as igrejas que aqui se ergueram e, para atender à demanda populacional, que também crescia junto ao progresso, foram feitas mudanças de

⁴ Rio de Janeiro se destaca como cidade pioneira nesse processo de modernização. O Prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, decidiu realizar um “bota fora”, com o objetivo de sanear e controlar a propagação de doenças, além de modernizar e facilitar o tráfego e a comunicação entre os bairros do Rio de Janeiro, demolindo casas, cortiços e edificações velhas que estivessem no caminho de sua modernização, tudo em favor do embelezamento e da higiene que não se via presente, principalmente em seu porto. Todos esses fatores, antes da modernização, faziam do Rio de Janeiro uma cidade “morta” e “suja”, evitada, principalmente, pelos turistas.

forma a esfacelar a cidade. Nada mais é que um fragmento de jornal, “O Alpha”, de 1928, traz consigo relatos sobre a substituição de espaços antigos por novos.

O nosso principal Templo, a Matriz, simpaticamente soerguida na elevação da praça do jardim, lá está, pobre Matriz, a cair aos pedaços, descuidada e no mais lastimável abandono por parte do povo. (...) No final das contas, o padre Thiago, (...) teve que lançar mãos dos parques emolumentos tempos seguidos, não contando com o auxílio de quem quer que fosse. Cremos ser esta a razão do seu medo em empreender agora, não a reconstrução da Matriz, mas a edificação de uma outra, que melhor correspondesse os nossos anseios de progresso e de evolução. (...) Aqui, ninguém cogita de fazer igrejas. Mas de demoli-las já houve quem cogitasse. Tanto é verdade que duas já foram abaixo: a de Santa Rita e a do Rosário. E falam ainda em demolir a de Santa Luzia, que está enfeando a avenida, por ficar bem de frente para ela. (...) Urge, pois, que as pessoas de representação do lugar tomem esse negócio a sério, combinando entre si um plano de execução de uma nova Matriz, pois o que não se pode negar é o seguinte: é que qualquer arraial tem igrejas mais decentes de que as nossas. (O ALPHA, 1928)

Percebe-se que não se pensava somente em demolir as igrejas, mas em poder fazer com que o “arraial” se elevasse a um nível de melhor padrão arquitetônico, como se via nos padrões de outros aos arredores, no decorrer do século XX. Assim, o surgimento desse “eixo de expansão urbana”, no largo mais antigo da cidade, sofreu várias alterações, principalmente dos grandes espaços públicos.

A tendência natural do homem moderno é olhar com desprezo as construções antigas, vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados, os quais devem ser demolidos e ceder lugar a edificações mais modernas e arrojadas, mais úteis ao desenvolvimento da cidade. Esse tipo de pensamento impacta frontalmente a idéia de preservação, de valorização do patrimônio como herança histórica a ser preservada. (TOMAS, 2010, p.04)

Debruçando-se sobre essa questão, Patrocínio tenta trazer a preservação de seus bens patrimoniais, buscando novos estímulos e formas para não deixar as construções antigas e desatualizadas, adaptando-as de maneira que não percam o seu sentido e valor. Os dados a seguir mostram os bens patrimoniais tombados e inventariados, os sítios naturais da cidade e os bens já demolidos, por falta de recursos e de preservação.

O FAZER-SE DO PATRIMÔNIO, DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE PATROCÍNIO

PATRIMÔNIO PROTEGIDO – 2012					
Nível de Tombamento	Denominação	Endereço	Decreto	Inventário	Tombamento
Tombamento Municipal	Casa da Cultura	Praça Monsenhor Thiago, 444	Decreto 1.771/2001	2001	2001
	E.E. Dom Lustosa	Rua Afonso Pena, 600	Decreto 2.339/2007	2001	2007/2009
	E. Municipal Honorato Borges	Praça Honorato Borges, s/n	Decreto 2.339/2007	2002	2007/2009
	Estação Ferroviária	Rua João de Carvalho, s/n	Decreto 2.339/2007	2002	2007/2009
	Antigo Banco Comércio e Indústria	Praça Honorato Borges, 35	Decreto 2.339/2007	2001	2007/2009
	Palácio da Educação (Antigo Fórum)	Praça Honorato Borges, 755	Decreto 2.339/2007	2001	2007/2009
	Lagoa do Chapadão do Ferro (Lei Orgânica)	Área Rural – Distrito de São João da Serra Negra	Previsto na Lei Orgânica de 1990	-	-
	Serra do Cruzeiro	Serra do Cruzeiro	Decreto 1.826/2002	2002	2002
	Praça Monsenhor Thiago	Praça Monsenhor Thiago	Decreto 1.771/2001	2001	2001

Fonte: Inventário de Proteção ao Acervo Cultural – Município de Patrocínio. Casa da Cultura Dr. Odair de Oliveira

PATRIMÔNIO INVENTARIADO DEMOLIDO - 2012			
Ficha	Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas		Inventário/Entregue
	Denominação/Endereço	Proprietário/Responsável	
07	Residência à Pc Mons. Thiago, 544	Helena Maria da Silva	2001
08	Residência à Rua Governador Valadares, 272	Hélio Notini	2001
11	Residência à Rua Bernardino Machado, 285 (nova construção)	Carlos A. de Paulo (atual) Leopoldo Borges (antigo)	2001
16	Residência à Rua Presidente Vargas, 1146	Alzira Alves Duca (antiga) Nilda Duca Cardoso (atual)	2001
53	Bar “Casarão” – Rua Prof. Olímpio, 91	Nilda Maria de Oliveira	2002
64	Casa à Rua Professor Olímpio 653 (nova construção)	Jânio Luiz Pena	2002
66	Edificação à Av. Rui Barbosa, 973	José Maria de Carvalho	2002
71	Edificação à Rua Governador Valadares, 817 (Praça Honorato Borges)	Waldemar Lemos (antigo) Fábio César da Cunha - atual (Rua João Barbosa, 372)	2002
001	Casa na Rua Governador Valadares, 191 (nova construção)	Paulo César da Silva (Av. Padre Matias, 1837)	2007
002	Casa na Rua Governador Valadares, 218	Sônia Maria dos Reis Pereira Garrido	2007
003	Casa na Rua Governador Valadares, 228 (nova construção)	José Eloi dos Santos Neto	2007

Fonte: Inventário de Proteção ao Acervo Cultural – Município de Patrocínio. Casa da Cultura Dr. Odair de Oliveira

SÍTIOS NATURAIS – 2012				
Ficha	Denominação	Acervo	Endereço	Inventário
79	Conjunto Arquitetônico da Serra do Cruzeiro	Público	Serra do Cruzeiro	2002
150	Lago da Represa de Nova Ponte	Público	-	2009
165	Cachoeira de São Benedito	Público	Rodovia PTC 362, a 33 km de Patrocínio	2010
166	Cachoeira dos Lemos	Público	Estrada dos Lemos, a 32 km.de Patrocínio	2010
167	Lagoa do Chapadão de Ferro	Público	Rodovia PTC 424, a 22 km. de Patrocínio	2010
168	Cachoeira do José Pedro	Público	Rodovia PTC 170, a 31 km de Patrocínio	2010
169	Cachoeira dos Borges	Público	Rodovia PTC 110, a 35 km de Patrocínio	2010
170	Cachoeira dos Dourados	Público	Rodovia Santa Rosa dos Dourados – Patrocínio (UTM 23 k 0267913 7924411	2010

Fonte: Inventário de Proteção ao Acervo Cultural – Município de Patrocínio. Casa da Cultura Dr. Odair de Oliveira

A Casa da Cultura de Patrocínio Dr. Odair de Oliveira⁵, construída entre (1840 e 1850), carrega consigo todos os acontecimentos ocorridos na região, trazendo a verdadeira preservação patrimonial em sua edificação. De acordo com o Parecer Técnico 001/2001,

[...] é um dos mais antigos imóveis da cidade de Patrocínio, conservando a solução arquitetônica e construtiva do tempo de sua construção, em meados do séc. XIX. Abrigou, durante muito tempo, a Prefeitura Municipal de Patrocínio, sendo cenário de todos os eventos políticos importantes ocorridos no município. Abriga, atualmente a sede da Fundação da Casa da Cultura de Patrocínio, entidade que gere diversas iniciativas culturais no âmbito municipal, e possui, além disso, um rico acervo de objetos artísticos e fotográficos.

Palco de grandes conjunturas, a edificação foi feita para servir de Câmara e Prefeitura, ficando responsável aos rumos do município o Agente Executivo – como era chamado o Presidente da Câmara - até 1930, quando se nomeou o primeiro prefeito da cidade, ocorrendo a separação da Câmara Municipal.

⁵ A Casa da Cultura de Patrocínio recebeu este nome a fim de homenagear Dr. Odair de Oliveira, jornalista e incansável divulgador da cultura e outras coisas em Patrocínio.

Imagem 06: Praça Monsenhor Tiago com vista da Câmara Municipal e Prefeitura de Patrocínio – 1915



Fonte: Acervo Patrocínio. Disponível em: < www.acervopatrocínio.com.br>

Tombada pelo Decreto 1.771/2001, a Casa da Cultura de Patrocínio Dr. Odair de Oliveira, após viver vários momentos entre as viradas dos séculos, passou por uma reforma significativa em sua estrutura, neste ano, a fim de preservar e manter a edificação em ótimo estado de conservação.

Imagem 07: Detalhe do fechamento da Rua Otávio de Brito com sinalização de elevação de calçada. Nivelamento feito junto à Praça Monsenhor Thiago, dando continuidade à mesma, sem projeto paisagístico.



Fonte: Foto obtida por celular de Luís André de Freitas Araújo.

Em virtude dessa reforma (ver imagem 7), a Rua Otávio de Brito (com acesso para carros e motos) foi interditada, diante dos abalos que poderiam aparecer com o movimento dos automóveis. Essa iniciativa foi feita diante da preservação que deveria ser continuada e pelo cuidado que o Patrimônio Público Municipal tem com o bem. Outra preocupação foi relacionada aos deficientes físicos, para quem será construído um elevador para facilitar o acesso ao segundo piso.

4 Entre a memória e o esquecimento Patrocínio se faz

Com 174 anos de emancipação, a cidade de Patrocínio tem uma longa e rica história, destacando seus aspectos culturais e artísticos, e um patrimônio histórico respeitável, que está sendo preservado e protegido. O Departamento de Patrimônio Histórico Cultural de Patrocínio desenvolve trabalhos que visam à recuperação e à revitalização dos bens

tombados, reconstruindo e preservando a memória histórico-cultural do Município, através da Educação Patrimonial, realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e as escolas públicas.

Chamado de Guardiões da Memória, esse projeto foi voltado para alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, visando à integração do conhecimento dos bens históricos do Município, além do sentimento de pertencimento e preservação destes, através de ações que trabalham a história, sua representatividade e sua importância.

Como se trata de memória, de acordo com Henry Rousso, em seu fragmento “A memória não é mais o que era” (*La mémoire n’est plus ce qu’elle était*), no livro Usos e Abusos da História Oral (FERREIRA; AMADO, 2001, p. 94), “a memória no sentido básico do termo, é a presença do passado”. Mas, se a memória, como afirma Rousso, traz a existência do passado; nota-se, ao longo do tempo, que ela está se cristalizando nos “lugares de memória”.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a esse momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda a memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7)

Em Patrocínio, seus locais de memória estão em uma constante “e permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 9). Observa-se pela grande transformação urbanística já mencionada aqui, entre os anos de 1920 e 1960, quando a cidade se viu na necessidade de retirar aquilo que estaria sendo disforme para o seu progresso.

Esses lugares são estabelecidos pela sociedade, escolhendo o que deve ser preservado e lembrado, e o que deve ser silenciado e “esquecido”. O esquecimento, por parte de grandes bens que foram demolidos em Patrocínio, nos traz à tona que a “memória (ou o esquecimento) do passado só tem sentido à medida que possa “servir à vida”, ou seja, lançar-se em direção a um futuro, reconstruindo o presente” (SEIXAS, 2000, p. 87). De outra forma, os bens patrimoniais da cidade só se tornam realmente significativos, se estes contribuem de alguma forma para o presente em que estão inseridos.

Então, podemos definir que se usa, assim, “o esquecimento definitivo, aquele provocado pelo desaparecimento completo dos vestígios que poderiam evocar a experiência passada” (SEIXAS, 2002, p. 70), já que não se restou nada dos bens que foram demolidos na cidade, principalmente a contar da Igreja de Santa Rita e Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a antiga Igrejinha de Santa Luzia, os casarões correntes aos largos das igrejas, e tantas outras que não foram catalogadas por algum órgão responsável para proteção.

A Igrejinha de Santa Luzia, como estava localizada no meio da nova avenida que se queria construir, foi demolida e, passos mais à frente, ergueu-se uma nova edificação (década de 1960). Outra que se encontrou na mesma situação foi a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, reerguida em 1930. Percebemos, neste caso, que “as evidências apontam para um ‘esquecimento sempre-renovado-e-reatualizado’” (SEIXAS, 2002, p. 100), evidenciando a substituição do novo pelo velho.

Imagem 08: Antiga Igrejinha de Santa Luzia (sem data)



Fonte: Acervo Patrocínio. Disponível em: www.acervopatrocínio.com.br

Diante dessas perspectivas, Zita Rosane Possamai (2010, p. 212) define que,

ao conectar-se ao presente, a memória será invariavelmente seletiva. Alguns aspectos serão escolhidos para serem lembrados, assim como outros são eleitos para serem esquecidos. Dessa forma, o esquecimento não se opõe a memória nem opera contra a memória, mas é parte constitutiva dela.

Como a memória se faz seletiva, pois “nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 204), ela pode ser classificada de duas formas: a memória coletiva e a memória individual. São construídas e estão submetidas a mudanças constantes. Pollak define “os elementos constitutivos da memória individual e coletiva” (1992, p. 201).

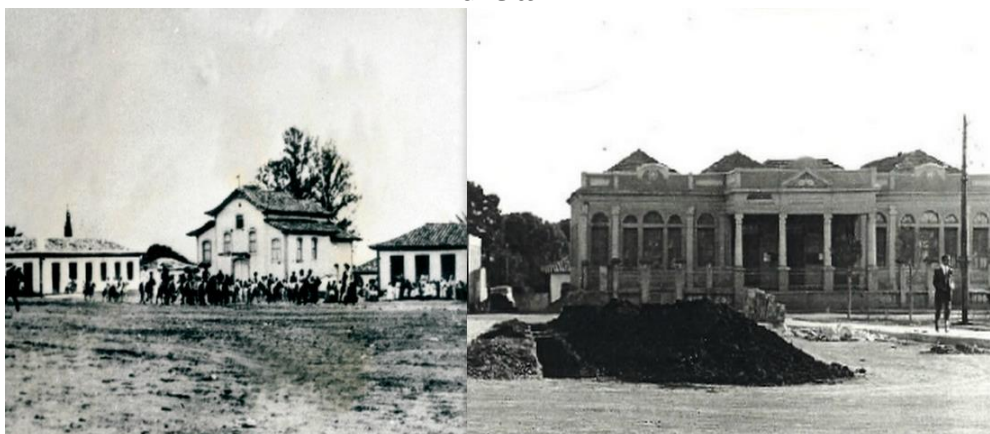
Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos no pessoal. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, com um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p. 201)

Diante desses fatos, podemos perceber que “a identidade se constrói e se reproduz através do apego constante ao seu passado” (RODRIGUES, 2012, p. 3). Apego pelo qual se vê pelo limite urbano de Patrocínio, com as construções do século XIX e XX, que enfrentam as ordens do progresso e da globalização da cidade.

Sabemos que a globalização traz grandes mudanças e deixa o seu impacto sobre a identidade cultural. “E interesses políticos atuam como fator determinante na manipulação da memória” (RODRIGUES; MACHADO, 2010, P. 24), fazendo daquilo que lhe convém e que tenha sido construído sobre símbolos de poder, como foi o caso do Fórum Municipal de

Patrocínio (hoje a Superintendência Regional de Ensino de Patrocínio), construção erguida sobre os pedaços demolidos da Igreja do Rosário, ou mesmo o Banco Indústria e Comércio de Patrocínio, reerguido sobre a antiga Igreja de Santa Rita.

Imagem 09: Antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Década de 1910), à esquerda. Construção, em fase de acabamento, do Fórum Municipal de Patrocínio (Década de 1930), à direita.



Fonte: Acervo Patrocínio. Disponível em: www.acervopatrocínio.com.br

É, dessa maneira, que haverá a existência de “zonas de sombra, silêncios, “não-ditos” (POLLAK, 1989, p. 8), onde o “esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento” (POLLAK, 1989, p. 8). Em seu discurso, Michell Pollak ressalta que há abismos entre as diferentes memórias:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, a existência de uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p. 8)

Patrocínio, de certa forma, segue o seu ritmo junto às sociedades modernas que, “por definição, estão em mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2005, p. 14), diferenciando-se das sociedades tradicionais, pouco encontradas hoje, onde “o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações” (GIDDENS, 1991, p. 38).

Diante disso, sabemos que o cotidiano está cada vez mais se afastando das tradições e dos costumes, devido à aceleração da história, elaborando uma memória que não seja encontrada em sua própria textura social, carecendo de locais que sejam significativos para ser guardada, preservando seus laços de continuidade. É o caso da Casa da Cultura de Patrocínio Dr. Odair de Oliveira, servindo para preservar as lembranças e “contribuindo para evitar o esquecimento e o despreendimento do passado” (RODRIGUES; MACHADO, 2010, p. 25).

Partindo para outro ponto, a memória “múltipla, multifacetada e feita de uma coleção de momentos” (SEIXAS, 2002, p. 106) é pouco explorada, quando tratamos sobre a memória dos vencidos, aquela que o poder local interfere, em que este grupo dominador, com suas memórias subterrâneas, “é documentada, monumentalizada e sua história amparada por textos e obras de arte, tornando-se assim, a história oficial” (RODRIGUES; MACHADO, 2010, p. 25).

E, essas memórias marginalizadas, que se pretendem oficializar, devem, da mesma forma, ser exploradas, para que uma boa parte da história não se desapareça. “A noção de “patrimônio histórico” deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas em sua diversidade” (PAOLI, 1992, p. 1).

Paoli ainda ressalta que

o reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade, como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. Não teme restaurar e preservar o patrimônio edificado sem pretender conservar o “antigo” ou “fixar o moderno”. Orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como sentimento de “fazer parte” de sua feitura múltipla. (1992, p. 2)

Diante disso, Patrocínio tenta trazer consigo símbolos que sejam significativos e que tenham valor para a sociedade local, em que as “memórias dos acontecimentos felizes e gratificantes, das vitórias e das realizações” (SEIXAS, 2001, p. 98) não sejam “soterradas pelas humilhações e ressentimentos, das violências sofridas pelos indivíduos e grupos ao longo dos anos” (SEIXAS, 2001, p. 98).

5 Conclusão

Diante do surgimento de Minas Gerais e dos deslocamentos dos povos de várias partes da colônia, para habitar as paragens de Patrocínio, o progresso chegou de forma rápida e avançada, trazendo consigo modificações no contexto urbano do pequeno povoado que ainda se erguia em meio ao Sertão da Farinha Podre.

Mesmo em plenas preocupações com os bens artísticos e arquitetônicos no início do século XX, Patrocínio, no interior do estado, sofreu com a preservação de seus bens, principalmente a partir da década de 1918, quando se instalou na cidade a ferrovia, significando o progresso da tecnologia, que ligava as gerações. Ela foi um elemento importante para que o contexto urbanístico da cidade mudasse de forma a interromper no passado que ainda estava de pé.

As demolições dos casarões e das igrejas que preservavam a memória da cidade (de quando ainda se surgia como vila), dentre as décadas de 1920 a 1960, nos fazem pensar no comando das autoridades locais em preservar aquilo que fosse de utilidade e favorecesse a quem realmente era preciso, designando-as como bens ultrapassados, que contribuíssem ao desenvolvimento do município.

Percebemos que a memória, dessa forma, foi se esfacelando aos poucos, até chegar aos dias de hoje, quando a cidade tenta atualizar sua memória com as construções de pé, localizadas entre os eixos de surgimento do povoado. Essas memórias estão sendo escolhidas a fim silenciar o que deve ser esquecido e preservar o que deve ser lembrado, contribuindo para o presente em que estão inseridos.

Demolir para reconstruir em favor dos beneficiários, trazendo à tona um esquecimento sempre renovado e reatualizado. E o apego que se faz ainda resiste pela cidade, onde os interesses políticos atuam na manipulação da memória, fazendo Patrocínio

se afastar das sociedades tradicionais que honram seu passado e que valorizam seus símbolos.

Está se tornando uma memória multifacetada e feita de coleções de momentos, permitindo uma nova memória “subterrânea”, tornando-se, de alguma forma, uma história formal. Mas tentam trazer consigo símbolos de valor à sociedade local, em que as memórias satisfatórias não sejam apagadas por humilhações e ressentimentos, estes sofridos pelo grupo em que estão inseridos.

Referências

ACERVO PÚBLICO DE PATROCÍNIO. *Casa da Cultura de Patrocínio Dr. Odair de Oliveira*. Visita em: ago./out. 2016.

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – séc. XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

CANÊDO, Leticia Bicalho. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Atual, 1994.

ESCHWEGE, W. L. Von. *Brasil, novo mundo*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

FERNANDES, Nilson André. *A história da Diocese de Patos de Minas: antecedentes históricos, preparação, criação e primeiro episcopado (1866-1968)*. Patos de Minas: Ed. Do Autor, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral: Fundação Getúlio Vargas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001. 277p.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: Uma Trajetória*. Brasília, 1980. 143 p.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991. 156 p. Tradução de Raul Fiker. Disponível em: [http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Giddens, Anthony/ANTHONY GIDDENS - As Consequencias da Modernidade.pdf](http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Giddens,Anthony/ANTHONY%20GIDDENS-As%20Consequencias%20da%20Modernidade.pdf). Acesso em: 18 ago. 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultura na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JOSÉ, Oíliam. *Indígenas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução por Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, dez. 1993. p. 7-28.

O ALPHA. Patrocínio, 1928.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: PAOLI, Maria Célia. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 25-28.

PARECER TÉCNICO 001/2001. *Acervo Público de Patrocínio*. Casa da Cultura Dr. José Odair de Oliveira. Acesso em: ago. 2016

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200- 212. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/FrancilisEnes/memria-e-identidade-social-michael-pollak>. Acesso em: 02 set. 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

POSSAMAI, Zita Rosane. Cidade: escrituras da memória, leituras da história. In: POSSAMAI, Zita Rosane. *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 209-219.

REZENDE, Júlio César. *Patrocínio: nossa terra, nossa gente*. Patrocínio: Gráfica Real, 1986.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. *XVIII Encontro Regional (AMPUH-MG)*, 2012.

RODRIGUES, Donizete. *Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica*. 2012. 8 f. Disponível em: <http://zip.net/bvtwBv>. Acesso em: 06 ago. 2016

RODRIGUES, Giseli Giovanella; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. A Importância da Memória para uma Cidade. *Destaques Acadêmicos*, Lajeado, n. 2, p.23-26, 2010. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/61/59>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens às nascentes do rio São Francisco*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a Memória Histórica. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 32, p. 75-95, jan./ jun. 2000.

SEIXAS, Jacy Alves de. Figuras Passionais, Sentimentos morais e cultura política brasileira: imagens do esquecimento e da degeneração. *XVI Encontro Regional de História – Anpuh/SP*, Unesp – Franca, p. 99 – 116, set., 2002.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. (Org.). In: SEIXAS, Jacy Alves de. *Razões e sentimentos na política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002. p. 59-77.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 37-58.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do Patrimônio Cultural e sua trajetória no Brasil. *Revista Fênix*, Maringá, v. 7, n. 2, p.1-12, 2010.